

A PROBLEMÁTICA DE UMA GEOPOLÍTICA NA PAN- AMAZÔNIA

Adriana Brito Moreira¹
Ivanei de Melo Rodrigues²
Irina Rosário Diaz Daza³
Ana Maria Libório de Oliveira⁴
Wendell Teles de Lima⁵
Cleuter Tenazor Tananta ⁶
Misselene Rodrgiues de Souza⁷
Marcelo Lacortt⁸

Resumo

A Amazônia por sua magnitude territorial, baixa densidade demográfica, baixa integração territorial através da ausência de próteses geográficas constituídas pelo homem torna-se ainda um grande desafio para o país, nesse sentido, de que forma a geopolítica da Pan-Amazônica ainda implica na formação de uma região Internacional no início do Século XXI. Para essa análise teremos como objetivos compreender a Pan-Amazônica como região política, demonstrar as políticas voltadas para o processo de consolidação da ideia de Pan-Amazônica, correlacionar as medidas tomadas para uma concepção geopolítica, para isso, teremos como metodologia uma pesquisa bibliográfica analítica sobre os fatos abordados nesse trabalho.

Palavras-Chave: Região, Geopolítica, Amazônia

Abstract

The Amazon because of its territorial magnitude, low demographic density, low territorial integration through geographic prostheses made up of man is still a great challenge for the country, in that sense, in what way the Pan-Amazon geopolitics still implies in the formation of a region at the beginning of the 21st century. For this analysis we will have as objectives to understand the Pan-Amazon region as a political region, to demonstrate the policies aimed at consolidating the Pan-Amazonian idea, to correlate the measures taken to a geopolitical conception, for this, we will have as methodology an analytical bibliographic research on the facts covered in this work.

Key words: Region, Geopolitics, Amazon.

¹ Aluna da Especialização de Relações Internacionais e Geopolítica da Pan-Amazônia.

² Aluna da Especialização de Relações Internacionais e Geopolítica da Pan-Amazônia.

³ Aluna da Especialização de Relações Internacionais e Geopolítica da Pan-Amazônia.

⁴ Mestre em Amazônia e Professora do IFB.

⁵ Doutor em Geografia, Professor do CSTB/UEA. E-mail: wendelltelesdelima@gmail.com

⁶ Mestre em Ciências da Educação, professor da rede pública de ensino.

⁷ Graduada em Letras.

⁸ Mestre Engenharia, professor do CSTB/UEA

INTRODUÇÃO

A Amazônia por sua magnitude territorial, baixa densidade demográfica, baixa integração territorial através de ausência de próteses geográficas constituídas pelo homem torna-se ainda um grande desafio para o país. Seu processo de incorporação ocorre com o surgimento da Coroa Portuguesa pelas fortificações e controle da desembocadura dos grandes rios.

Nesse sentido, de que forma a geopolítica da Pan-Amazônica ainda implica na formação de uma região Internacional no início do Século XXI, visto que, ela a partir de uma análise global com o advento do satélite e da mundialização da tecnologia passa a ser compreendida como uma única região, diga-se de passagem, transnacionalizada.

Numa contra corrente ao discurso internacionalista, preservacionista leia-se onguista se faz necessários diante de uma região geoestratégica que localiza-se uma grande quantidade de recursos fundamentais para a economia capitalista, ou seja, para os países detentores que são os países centrais. Cria-se uma desproporcionalidade entre recursos e as tecnologias que manipula e transformam esses recursos.

A necessidade de compreensão se a Pan-Amazônica é uma região geopolítica será traçada da seguinte forma, demonstrar as políticas voltadas para o processo de consolidação da ideia de Pan-Amazônica, correlacionar as medidas tomadas para uma concepção geopolítica, para isso, teremos como metodologia uma pesquisa bibliográfica analítica sobre os fatos abordados nesse trabalho.

A disposição do trabalho ocorrerá da seguinte maneira uma interpretação tendo em vista a problemática da denominação de uma Pan-Amazônica tendo em vista se ocorre realmente, ou apenas trata-se de um conjunto de pretensões, ideários que ainda prevalecem na vontade, sobretudo, na visão brasileira pensada em projeto de integração e liderança por parte de nosso país.

Diante desta expectativa ou próximo dela realmente o que podemos encontrar algo diante de sua concretização, quais diretrizes são tomadas que podem desembocar na constituição de uma região geopolítica constituída por um território transnacionalizado que será abordado no segundo tópico em seguida teremos as considerações finais.

A IDEIA DE PAN-AMAZÔNICA

A primeira iniciativa tomada para o processo de integração ocorre entre os países amazônicos visando em seu primeiro momento à bacia hidrográfica amazônica, queremos ressaltar que a escolha não foi aleatória em função da grande quantidade desse recurso na região constituindo uma região das águas e ao mesmo tempo é através da bacia de drenagem que abre-se as portas da Amazônia para seu acesso.

A água seria o elemento agregador entre os países, portanto, cria-se em 1978 o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) objetivando garantir a soberania das Amazônias pelos países de origem tendo em vista o controle de seu meio ambiente. De acordo com Souza (2014)

Por sua vez, a idéia de Pan-Amazônia nasce da junção de todos os espaços pertencentes à drenagem da bacia amazônica, e que tem florestas densas e úmidas. No entanto, esse conceito que tem em sua origem aspectos naturais estendeu-se para o âmbito social a partir da percepção dos problemas que se assemelham e que tem propiciado um conflito territorial, o que fortalece uma geopolítica dos grupos étnicos em torno da resistência aos impactos socioambientais das políticas desenvolvimentistas na região. (SOUZA, 2014, p.59)

Para Souza (2014) as questões ligadas à territorialidade, as relações dos grupos com as políticas ambientais e os impactos desenvolvimentistas, portanto, conforme o autor ultrapassando as questões centradas apenas somente nos aspectos naturais. Entretanto, a necessidade proeminente de uma questão geopolítica não foi colocada pelo autor.

Teixeira e Anselmo (2011) abordam em outra perspectiva o Pacto Amazônico tendo em vista a problemática dos países sul-americanos diante de vários confrontos entre eles a acordo visava dirimir os conflitos que podia ser prejudicial à Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo tem-se uma preocupação e aumentar a presença brasileira na região.

Ao Pacto Andino surgiu no de 1969 em resposta nos anos 1970 surgiu o Pacto Amazônico para contrabalancear o poder dos países andinos na região amazônica, nesse sentido, o Pacto Amazônico é uma iniciativa brasileira. O Brasil

passou a ser com ele novamente um *Player Amazônico*. Abaixo os Países que compõem o Pacto Andino (Fig. 1).



Figura 1: Pacto Andino. Fonte: <<https://image.slidesharecdn.com/pactoandino>>

A saída do Chile e Venezuela trouxeram consequências maiores ao bloco diante de seu fortalecimento econômico e ao mesmo tempo cultural, portanto, na busca de fortalecimento de um sistema geográfico andino. Aqui tratamos de sistema geográfico de acordo com Lima *et all* (2013) um conjunto de condições geográficas fundamentais para o desenvolvimento geopolítico.

A ação para qualquer Estado territorial deve ter em mente a configuração territorial que constitui-se pelas condições naturais e humanas, entretanto, o sistema geográfico não pode ser confundido com configuração territorial já que é embutido de uma geoestratégia e de uma projeção de poder no espaço.

A constituição de outros blocos como a Aliança do Pacífico em 2011 trouxe uma nova configuração de forças a região sul-americana tendo os blocos líderes o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Aliança do Pacífico constituída por Chile, Peru, Equador, Colômbia, Costa Rica e México ultrapassando a fronteira política da América do Sul. Nesse sentido cria-se uma sobreposição no bloco andino que passa a ser cada vez mais esvaziado.

Portanto, o Tratado de Cooperação Amazônico (TCA) foi apenas o início do enfraquecimento desse bloco que na atualidade encontra-se esvaziado através das

ações existentes de outros blocos com o tempo que trouxe sérias consequências para os países que formam o bloco.

O Brasil pretendia não só diminuir receios dos vizinhos, mas também impedir que a existência de um grupo hispano-americano no norte da América do Sul (Pacto Andino) levasse à exclusão do Brasil desse subsistema, remetendo a diferenças com raízes nas disputas entre os países ibéricos. O objetivo principal parece não ser enfraquecer o Pacto Andino, como temiam seus membros, mas apenas garantir a presença do Brasil nesse espaço sub-regional. [...] (ANTIQUERA, 2006, p. 65).

A ideia de fazer-se presente e ao mesmo tempo fortalecer sua presença é parte da história da formação brasileira, ainda é atual no início do Século XXI algumas questões ainda permanecem, nesse sentido, podemos salientar é que o Tratado de Cooperação Amazônico ficou apenas como tentativa se é que existiu por parte de seus Estados membros de integrar e aprofundar o processo de aproximação dos países amazônicos.

O objetivo maior de marcar a presença brasileira diante dos vizinhos não foi totalmente plena em função do Brasil ainda ter seu grande território amazônico como uma grande incógnita e que ainda não conseguiu sua integração com o restante do território nacional e isso em nível de uma Amazônia internacional ainda é ainda mais intenso.

Apesar do discurso de uma Pan-Amazônica ela se faz presente nos discursos internacionalistas tendo em si uma perspectiva mais ambiental ligada diretamente a grupos de interesses diversificados o que trás inúmeros problemas para uma visão geopolítica para a região. O distanciamento dos países que compõem a área ainda encontra-se débil apesar de alguns avanços.

Nesse sentido, busca-se ainda um projeto pensado pelos países e que é habilitado para isso é o Brasil em função de conter boa parte dessa região ao mesmo tempo pela sua importância econômica e geopolítica. Travassos (1935) já colocava a Amazônica como a região chave para o poder brasileiro, entretanto, ainda em nossa visão carece de ações para potencialização geoestratégica adormecida em seu território por falta de estímulo do Estado brasileiro.

INICIATIVAS PARA O FORTALECIMENTO DE INTEGRAÇÃO TENDO COMO PERSPECTIVA UMA GEOPOLÍTICA PAN-AMAZÔNICA

Para analisarmos o quadro dentro dessa perspectiva temos que ter em mente a retomada das políticas territoriais em plena época neoliberal dos anos de 1990 tendo em vista ação dos Governos de Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-2003). Que apesar de “contraditório” o território passou novamente a ser parte fundamental do processo de ação do Estado Neoliberal. Lima *et all* (2013) aborda essa questão da seguinte forma

Na década de 90, o país começa a sair de uma crise econômica associada ao modelo desenvolvimentista levado a cabo pelos militares (Brasil Potência), e que resultou no forte endividamento do Estado e na diminuição das ações de planejamento territorial. A referida década marca a implementação do Projeto Neoliberal, que substituiu o sonho da potência econômica e passou a privilegiar o modelo Estado-Mercado, onde o uso do território ocorre de forma fragmentada e privatista, culminando no enfraquecimento do Projeto Nacional. Nesse contexto, como pensar na ação planejadora do Estado no território numa perspectiva geopolítica? A escala mundial torna-se cada vez mais parte da estrutura da organização espacial, e a competitividade e inserção no mercado os novos paradigmas do desenvolvimento. Assim, os objetivos (geo)políticos aparecem mesclados aos grandes interesses dos novos atores na arena internacional. (LIMA, *et all*, 2013, p.94,95)

Lima *et all* (2013) aponta que o processo de retomada do planejamento territorial nos anos de 1990 trouxe na realidade uma mescla de ações voltadas aos interesses neoliberais de grandes empresas e uma mescla de ações geopolíticas visando o cenário internacional. A econômica brasileira internacionalizava-se em ritmo crescente e a geoeconomia parte integrante da geopolítica era seu fio indutor.

Numa perspectiva regionalizada a Amazônia é parte integrante desse pensamento em função de constituir-se as condições geográficas necessárias para o desenvolvimento dos objetivos dessas ações empreendidas pelo Estado neoliberal brasileiro, o condicionante geográfico importante é a constituição das duas vertentes, portanto, temos no lado leste o Atlântico Sul e na parte oeste o Pacífico Sul uma região onde o incremento das atividades econômicas tendem a aumentar. Proposição de projetos para a Amazônia (Fig. 2).



Figura 2: Projetos propostos para integração sul-americana. Fonte: <<http://www.proceedings.scielo.br/img/revistas/enabri/>>

Em uma análise de acordo com a figura 2 podemos observar que boa partes dos projetos estão diretamente ligadas a construção de próteses territoriais no território da Amazônia Internacional, não podemos perder em vista que esses grandes territórios denominados corredores transnacionais na época dos governos de FHC são parte de uma lógica da constituição de territórios transnacionalizados. Para Guzi a ideia presente nesse processo de articulação é

Do ponto de vista político (ou geopolítico), entretanto, o mais interessante desses processos que se desenvolvem no Continente na atualidade, é aquele representado pelo conjunto de iniciativas e articulações envolvendo a América do Sul e que estão promovendo-a rapidamente para a posição de uma região geopolítica, isto é, uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais. Considerando as características básicas da sua formatação inicial e do seu desenvolvimento atual, esse modelo de arranjo regional constitui o único projeto, nessa escala, que procura reproduzir em seus aspectos gerais a experiência europeia, na qual a ambição maior dos seus estados-membros sempre foi a de conjugar o máximo de integração econômica a uma macro-concertação político-institucional de natureza transnacional. Nesse sentido, ele distancia-se bastante do modelo convencional que tem sido adotado pela maioria dos demais Blocos Regionais, nos quais os limites da concertação entre os seus estados-membros estão previamente definidos e os objetivos encontram-se explicitamente circunscritos aos assuntos econômico-comerciais. É por isso que, guardadas as respectivas e óbvias particularidades dessas duas experiências atuais, a integração sul-americana tende a reproduzir aqui o percurso seguido até o presente pela União Europeia, no qual o horizonte estratégico mais dilatado que os seus construtores têm em mente, é a constituição e a consolidação de um vasto e engenhoso sistema regional-transnacional de governança. (GUZI, 2010, p.12).

A conotação de território transnacional e Amazônia Internacional pode usada nessa perspectiva tendo um atributo de projeção geopolítica em direção ao Pacífico e poderia torna-se a um projeto de projeção para os países amazônicos tendo em vista as ações brasileiras através de parcerias na construção de próteses territoriais fundamentais na ligação territorial.

A incorporação da Amazônia brasileira traria o processo de integração com a parte mais ocidentalizada da Amazônia algo ainda que não ocorre em função dos condicionantes da própria geografia região existentes para Albuquerque (2013) a vontade o processo de integração Amazônica tem sua origem nos militares através dos ideais traçados pelo geopolítica do país e ainda permanece

O pensamento geopolítico oficial brasileiro foi desenvolvido essencialmente por militares ligados a Escola Superior de Guerra e que acabaram influenciando direta ou indiretamente as políticas públicas do Estado brasileiro. Esse pensamento geopolítico genuíno engloba: a) a questão da integração territorial nacional (especialmente os anecúmenos do Centro-Oeste e Amazônia); b) a defesa das fronteiras contra agressões de países vizinhos ou por meio destes; e c) a importância das linhas de comunicação sul-atlânticas e da segurança das instalações industriais e militares litorâneas (ALBUQUERQUE, 2013, pp.938-939)

Mattos (1980) ao analisar uma geopolítica para Pan-Amazônica deve ser feita através da constituição de pólos fronteirços que servem de base para o d estímulo da atividade econômica, vertebração do território, radiação das áreas deprimidas, povoamento, e aumento da presença do Estado brasileiro. Mattos (1980) ao pensar de forma geoestratégica tinha como objetivo garantir a presença e a liderança brasileira na região.

Realidade ainda existente no Tratado de Cooperação Amazônico ainda existe pela ação dos Estados que contém suas Amazônias isso ocorrem em função da falta de uma infraestrutura, uma ação governamental mais firme, essas regiões serem tratadas como regiões periféricas a falta de relevância da importância dos recursos existentes e a importância como poder dissuasivo diante dos países centrais.

Em qualquer circunstância, é necessário acentuar que o Pacto Amazônico não teve até hoje o poder de dissuasão suficiente, diante dos países ricos, quanto às suas ambições em relação à Amazônia. Coesas, porém, as partes contratantes já reagiram diante de propostas concretas no sentido de intervir na Região, como ocorreu na Cúpula de Haia, em 1989. Esse

pronunciamento teve grande importância geopolítica. Foi a Declaração da Amazônia que adiante será apresentada e analisada. Além disso, é evidente que só o Brasil tem tido maiores condições para promover o desenvolvimento de sua respectiva área amazônica, embora através de um modelo sujeito a severas contestações. Os demais países pouco têm conseguido fazer em favor de suas parcelas amazônicas que estão situadas além da cordilheira andínea e do Maciço Guiano, o que dificulta uma atuação mais forte nessas regiões. (FIGUEIREDO, 2005, p. 259)

Conforme Figueiredo (2005) as condições geográficas somam-se ao grande desafio para o processo de integração das outras Amazônias em função da constituição, sobretudo, dos Andes que dificulta os problemas ainda mais nessas regiões. Apesar dos problemas enfrentados por nosso país as ações são mais contundentes do restante dos países amazônicos.

As dificuldades apresentadas por todos seus membros e fatal de fortalecimento institucional e de uma diretriz ativa do Brasil dificulta a contextualização de uma região geopolítica ficando somente na tentativa de uma construção de uma infraestrutura na região que muitas vezes não é concretizada e estimulada para a constituição de fluxos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia de modo geral deve ser compreendida como uma “região problema” em todos os países de sua área de abrangência, tendência que deve acentuar-se no final do Século XXI, com olhos voltados para as riquezas existentes em toda sua magnitude territorial ressaltam o valor geoestratégico para a região.

As dificuldades encontradas são em função dos seus condicionantes geográficos em todos os países o que dificultam seu processo de integração territorial, nesse sentido, ocorreram inúmeras iniciativas pelos Estados Amazônicos, resultando muitas vezes em sérios problemas de ordem ambiental, da própria soberania, refletindo nos limites fronteiriços dos demais países.

Pensar no controle, soberania, incorporação territorial ainda é algo pendente e presente no momento atual, a necessidade uma política integrada pensada de forma internacional torna-se ainda ausente em função das dificuldades e da falta de diretrizes que os países amazônicos ainda vivem.

A constituição de uma região geopolítica o ensaio ocorre através nos anos de 1970 por iniciativa brasileira através do Tratado de Cooperação Amazônica, entretanto, passados os 47 anos ainda a formação ou sonho de sua constituição não é real. As dificuldades, sobretudo ocorrem em função da liderança brasileira, país mais habilitado para a concretização desse ideal.

Problemas realizados a infraestrutura o pouco envolvimento dos estados limítrofes dificultam ainda mais esse processo de formação, a institucionalização é outro problema que deve ser ressaltado que implica diretamente na falta de políticas orquestrada para tal objetivo. A questão geopolítica esvazia-se em detrimento das questões ambientais dificultando a conotação geopolítica tão fundamental para a concretização de uma região Pan-Amazônica.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.933-952, 2013.

ANTIQUERA, Daniel de C. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira: Análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional** (1978-2002). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006.

GUZZI, Elói Martins Senhoras, André Cavaller. **A Amazônia, o Pacífico e a problemática da integração de infra-estrutura regional na América do Sul**. Disponível em <www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/.../eloi01.pdf>. acesso em: 03/11/2017.

LIMA, Wendell Teles de Lima; SABINO, Artemizia Rodrigues; QUEIROZ, Adriana Aparecida das Neves de; CABRAL, Rocilange Salles. **“Contornos geopolíticos brasileiros” Revista de Geopolítica**, v. 4, nº 2, p. 93 - 103, jul./dez. 2013.

LIMA, Wendell teles de; FRAGA, Nilson César; OLIVEIRA, Ana Maria Libório, SILVA, Iatizara Oliveira. “Sistemas geográficos e Geopolítica da Amazônia”.**Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 2, p. 97-108, jul./dez. 2014.

MATTOS, Carlos Meira. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. “Geopolítica na Pan-amazônia: Territórios, Fronteiras e Identidades. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 2, v. 01, p. 59 - 84, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 57 – 76, jan./jun. 2011.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.